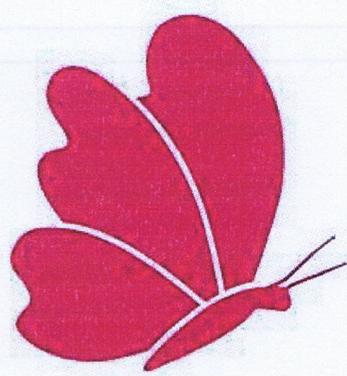


Índice

Índice

142	Nota 1) Identificação de entidades
143	Nota 2) Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras
143	Nota 3) Principais políticas contabilísticas
143	Nota 4) Fluxos de caixa
144	Nota 5) Activos Financieiros Tangíveis
144	Nota 6) Récipio
144	Nota 7) Inventários
144	Nota 8) Fundo Patrimonial
144	Nota 9) Subsídios e Dólares
144	Nota 10) Instrumentos financeiros
144	Nota 11) Outras informações



APADIMP

Anexo
Demonstrações Financeiras
2021

Nota 1) Identificação da entidade

A APADIMP é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública – DR 3ª Serie, nº93 21/04/1988 e DR 2ª Serie, nº126 01/06/1983.

Obteve a Certificação EQUASS ASSURANCE nível 1 – Certificação de qualidade dos serviços sociais, em Julho de 2013. Esta certificação estimula o desenvolvimento do sector, promove o compromisso com a qualidade, a melhoria contínua, contribui para a modernização dos serviços, possibilita a diferenciação, utilizando a qualidade dos seus serviços de forma a satisfazer as necessidades dos clientes / utentes acrescentando valor aos padrões globais de qualidade de vida.

A APADIMP, tem como Missão responder a todas as pessoas com deficiência mental (multideficiência) do concelho de Penafiel e Vale do Sousa através das suas valências: Socioeducativo, Centros de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Centro de Recursos para a Inclusão.

Nota 2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras - Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, os Modelos de Demonstrações Financeiras - Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março, o Código de Contas - Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) - Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março. Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi

Nota 4) Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Depósitos a Prazo	31/12/2021	31/12/2020
CGD	415.444,52 €	415.444,52 €
CCAM	15.000,00 €	15.000,00 €
BES	0,00 €	0,00 €
BES	0,00 €	0,00 €
Total	430.444,52 €	430.444,52 €

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Caixa e Depósitos Ordem	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1.364,72 €	2.818,26 €
Depósitos à Ordem		
CGD	149.330,21 €	167.433,40 €
CCAM	31.290,26 €	28.704,56 €
Montepio	520,00 €	520,00 €
Depósitos a Prazo		
CGD	415.444,52 €	415.444,52 €
CCAM	15.000,00 €	15.000,00 €
Total	612.949,71 €	629.920,74 €

Nota 5) Ativos Fixos Tangíveis

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos Tangíveis	Vida Útil	Tx. Depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento básico	3 - 8	13% - 33,33%
Equipamento de transporte	2 - 8	13% - 50%
Equipamento administrativo	3 - 8	13% - 33,33%
Equipamentos biológicos	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	2 - 8	13% - 50%

Nota 7) Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa adota como fórmula de custeio dos seus inventários a identificação específica, ou seja, são atribuídos a elementos identificados do inventário nos seus custos individuais.

7.2. A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período

	2021	2020
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo		
Inventário Inicial	318,66 €	741,35 €
Compras	56.540,61 €	59.553,89 €
Inventário Final	241,89 €	318,66 €
Gasto do Período	56.617,38 €	59.976,58 €

7.3. Trabalhos para a própria entidade

	2021	2020
Autoconsumos - Horta		
Consumos	852,94 €	512,61 €
Gasto do Período	852,94 €	512,61 €

Nota 8) Fundo Patrimonial

8.1. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício e cada uma das rubricas de capitais próprios

Fundos Patrimoniais	2021	2020
Resultados Transitados	761.606,35 €	760.197,39 €
Outras Variações no Capital Próprio	2.047.296,34 €	1.995.577,34 €
Resultado Líquido do Exercício	-13.085,55 €	1.408,96 €
Total do Fundo Patrimonial	2.795.817,14 €	2.757.183,69 €

Nota 10) Instrumentos financeiros

10.1. Utentes, Fornecedores, Associados e Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2021 e a 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de utentes e fornecedores apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Utentes	2.531,16 €	0,00 €	2.227,50 €	0,00 €
Fornecedores	0,00 €	5.581,63 €	0,00 €	115.100,57 €
Fornecedores Imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Pessoal	0,00 €	0,00 €	32,00 €	0,00 €
Associados	6.575,42 €	0,00 €	6.071,92 €	0,00 €
Total	9.106,58 €	5.581,63 €	8.331,42 €	115.100,57 €

10.2. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica de Outras Contas a Receber e a Pagar são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Devedores Acréscimo Rendimentos				
Juros a receber	0,00 €	31,92 €	0,00 €	31,92 €
Outros Devedores	0,00 €	3.405,56 €	0,00 €	0,00 €
Credores Acréscimo Gastos				
Remunerações a liquidar	0,00 €	137.835,88 €	0,00 €	133.904,36 €
Outros credores	0,00 €	7.644,97 €	0,00 €	3.405,56 €
Receitas com Proveito diferido				
IEFP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Município Penafiel	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Credores Diversos	832,15 €	0,00 €	832,15 €	0,00 €
CCDRN – Feder 000377	92.331,98 €	0,00 €	102.680,22 €	0,00 €
Total	93.164,13 €	148.918,33 €	103.512,37 €	137.341,84 €

10.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção na Fonte	0,00 €	6.747,50 €	0,00 €	5.775,50 €
Imposto sobre Valor Acrescentado	8.040,62 €	0,00 €	25.241,76 €	0,00 €
Contribuições para a Segurança Social	0,00 €	35.064,16 €	0,00 €	34.296,27 €
Contribuições para Outros Organismos	0,00 €	245,33 €	0,00 €	206,99 €
Total	8.040,62 €	42.056,99 €	25.241,76 €	40.278,76 €

A APADIMP não tem dívidas ao Estado e a Outros Entes Públicos que estejam em situação de mora.

11.4. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" em 31/12/2021 é o seguinte:

	2021	2020
Rendimentos Suplementares	2.209,90 €	80,00 €
Descontos PP obtidos	0,00 €	7,71 €
Outros	18.592,52 €	12.509,65 €
Quotas associados	10.257,50 €	10.304,00 €
	31.059,92 €	22.901,36 €

Nota 12) Ativos e Passivos Financeiros

12.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com uma taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, p.ex., a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

12.2. Ativos financeiros

Ativos financeiros	Quantia escriturada	Quantia escriturada
	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Compensação	7.718,63 €	5.492,15 €
Total	7.718,63 €	5.492,15 €

A Direção,

